

## **Comer é um ato político! A opção pela agricultura orgânica como fomento ao desenvolvimento regional.**

Ana Paola Malicheski Victoria /mestranda PPGS-UFPel.

Quando comemos, influenciamos nossa saúde, nosso bem-estar, nossa relação com as outras pessoas, nossa relação com o ambiente e com o sistema alimentar. Ou seja, isso tem tudo a ver com o sistema de produção e abastecimento de alimentos do país\_ transformando o simples ato de comer em um ato político\_ no que se referem as nossas escolhas e compreensão da rede de indivíduos e instituições que sustentam os nossos hábitos alimentares.

Ao incorporarmos na nossa alimentação cotidiana alimentos orgânicos ou alimentos provenientes da agricultura familiar, por exemplo, estamos nos posicionando a favor de um determinado sistema de produção. Nesse caso, apoiamos a justiça social, a valorização do produtor familiar, o emprego no campo, a independência no que se refere ao cultivo das sementes, a regularização fundiária (em prol de conseguir financiamento para melhorias na propriedade e produção) e a sustentabilidade ambiental.

Num segundo caso quando optamos por alimentos industrializados e por alimentos produzidos em larga escala proporcionando contaminação do solo e da água, na lógica que fundamenta um modelo predatório que leva a um processo de esgotamento dos recursos naturais e a dependência dos produtores aos fertilizantes, insumos e ao exclusivo comércio das sementes por empresas privadas.

No espaço interdisciplinar da nutrição e das ciências sociais, o alimento na nutrição aparece associado a uma função natural (biológica), desvinculado do sistema simbólico que envolve o ato de comer. Nas ciências sociais supera-se a concepção em que natureza se contrapõe a cultura, resignificando a comida, atribuindo-lhe sentido e significado cultural. A alimentação expressa divisão do trabalho, da riqueza, e criação histórico-cultural através da qual se pode estudar uma sociedade.

Atribui-se a nutrição um sentido de ação racional, oriundo da constituição dessa ciência na modernidade, inserida num processo histórico de racionalização científica do comer e do alimentar-se. Quando compreendermos a alimentação como um ato político: capaz de transformar uma realidade social propomo-nos a transcender o processo racional da alimentação como nutrição e incorporamos nesta ação cotidiana e nutricional\_ através de escolhas conscientes\_ oportunidades de desenvolvimento social.

A busca de um consenso sobre o que é desenvolvimento é discutida nas ciências socais e econômicas há décadas e ainda hoje recebe novas leituras, na opinião de Abramovay, 2001:

Não existe consenso sequer entre os especialistas sobre o significado da palavra desenvolvimento. Na verdade, trata-se de um termo que se generalizou nas ciências sociais contemporâneas após a Segunda Guerra Mundial e que, freqüentemente, até hoje, é confundido com crescimento econômico.

Amartya Sen define desenvolvimento como o processo de ampliação das capacidades de os indivíduos fazerem escolhas. O que surpreende nesta definição é que ela não se concentra imediatamente em fatores materiais, em indicadores econômicos, mas na ampliação do horizonte social da vida das pessoas. Para Sen, “O que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (Sen, 18,2010).

A base material do processo de desenvolvimento é absolutamente decisiva, sem dúvida. Mas ela deve ser encarada como um meio e não como um fim. Não é óbvio que o crescimento econômico, por exemplo, se associe de maneira automática a um processo de desenvolvimento. E este processo tem que ser discutido e avaliado, pois é um movimento que pode ser alterado.

Já a noção de desenvolvimento, ao contrário, pretende evidenciar todas as dimensões – econômica, social e cultural - da transformação estrutural da sociedade. Neste sentido, o desenvolvimento remete às estruturas sociais e mentais. Nesta visão, a dimensão econômica interage de modo recíproco com os aspectos socioculturais. (Almeida, 36)

O papel dos mercados também é abordado por Sen, como um importante fator para o processo do desenvolvimento, através de sua contribuição para o elevado crescimento e progresso econômico. Amplia a contribuição do mercado e os processos de participação nele envolvidos. Afirma que: “liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar” (Sen, 20, 2010)

A sociologia de José de Souza Martins está relacionada com a história de forma tão profunda que acaba confundindo-se com ela (enquanto passado e como devir) visando à emancipação dos homens e à humanização da sociedade.

A história, isto é, a criação social, se cumpre na práxis que emancipa o homem dessas limitações e dessa pobreza (...) A criação social depende de que o homem se aproprie de seu destino, de algum modo, ainda que limitado, segundo as possibilidades do momento histórico. O homem se produz na História, produzindo sua sociedade, suas relações sociais, insurgindo-se contra os poderes que o subjugam: a dominação e os cerceamentos políticos, a pobreza, os bloqueios nos acessos às grandes

inovações culturais referidas à universalidade do gênero humano (Martins, 147-148).

Seguidamente a ideia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em consequência disso, os países do terceiro mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um modelo único de modernização e, portanto, a ver “em atraso” os países “subdesenvolvidos”.

A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. A modernização é um processo e o desenvolvimento uma política. (Almeida,37)

Partindo da premissa que o desenvolvimento é um ato político, conforme afirma Jalcione Almeida, entende-se que ele é transformador e exige participação efetiva dos agentes envolvidos num sentido de igualdade. Através de escolhas conscientes sobre o modelo de crescimento que investimos para o nosso país, para a nossa cidade e para a nossa comunidade pensamos em um modelo de modernidade ampliado que respeita os mais variados integrantes do sistema de progresso, ou seja, no desenvolvimento socioeconômico provocado pelos avanços técnico-científicos, assegurando ele próprio o crescimento e o progresso das virtudes humanas, das liberdades e dos poderes dos homens (Almeida,36).

Atualmente um novo desenvolvimento vem sendo discutido, a sua característica mais importante é que incorpora as futuras gerações e transcende a ideia do desenvolvimento econômico, não se resumindo a ser analisado somente por meio de indicadores que medem o crescimento do produto interno bruto ou do produto per capita. Desenvolvimento deve ser complementado por índices que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos.

Desse modo, ao avaliarmos o desenvolvimento de uma região, por exemplo, teremos um conjunto de medidas que refletem suas alterações econômicas, sociais, políticas e institucionais, tais como: renda per capita, expectativa de vida, mortalidade infantil, fertilidade, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diferentes classes e setores, centralização da atividade econômica, poder político, nível de risco, entre outras.

Neste sentido o desenvolvimento econômico ganha nova importância, com status social e ambiental, ao incorporar componentes socioculturais nos seus índices. Através do direito adquirido pelas futuras gerações de desfrutar do ambiente preservado, o desenvolvimento incorpora além do status social, ambiental também um aspecto jurídico. Almeida estende a discussão afirmando que:

Sem querer simplificar o debate sobre este importante tema, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável hoje está polarizada entre duas concepções principais: de um lado, o conceito/idéia como sendo gestado dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, deste modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma idéia que tenta quebrar com a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à idéia/conceito. (Almeida,44)

O novo modelo de desenvolvimento é regional e sustentável, está centrado na participação da sociedade civil no planejamento contínuo da ocupação dos espaços e na aplicação dos investimentos econômicos e sociais, no que entendem e incorporam como crescimento. Este novo paradigma deve considerar também aspectos sociais e políticos vinculados à economia. Neste novo cenário uma análise regional e o seu correto diagnóstico, visando à elaboração de um planejamento e a implantação de políticas e estratégias básicas de desenvolvimento, tornam-se preponderantes, na medida em que comprovamos que a região não pode ser vista apenas como um fator geográfico, mas sim como parte integrante da economia globalizada.

A sustentabilidade envolve desenvolvimento econômico, social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais. De acordo com o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU em 1983, o desenvolvimento sustentável visa o atendimento das necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades.

As mudanças históricas e conceituais sobre o rural e o urbano determinaram transformações nas próprias estratégias de desenvolvimento rural que, por sua vez, incorporaram estes elementos na formulação de políticas públicas. Um dos elementos a ser destacado está relacionado à trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu papel como categoria social e política para a sociedade brasileira. É importante reconhecer que o que se denomina atualmente por agricultura familiar sempre existiu como meio de organização do trabalho e da vida nos espaços rurais brasileiros. O termo, no entanto, é ressignificado e ganha relevância como categoria social e política no contexto de mudanças sociais que se desdobram a partir de meados dos anos 1980.

Promover qualidade de vida com proteção ao meio ambiente. Este é o objetivo da produção orgânica vegetal e animal. Sua principal característica é não utilizar agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas que agridam o meio ambiente. Para ser considerado orgânico, o processo produtivo contempla o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais. O Brasil já ocupa posição de destaque na produção mundial de orgânicos.

Cresceu a adesão dos produtores brasileiros ao mercado de orgânico, que, além de alimentos mais saudáveis, promove a conservação e a recomposição dos ecossistemas. Entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015, a quantidade de agricultores que optaram pela produção orgânica passou de 6.719 para 10.194, um aumento de cerca de 51,7%.

A área total de produção orgânica no Brasil já chega a quase 750 mil hectares, sendo o Sudeste a região com maior área produtiva, chegando a 333 mil hectares. Em seguida, estão as regiões Norte (158 mil hectares), Nordeste (118,4 mil hectares), Centro-Oeste (101,8 mil hectares) e Sul, com 37,6 mil hectares.

A agricultura orgânica ganha cada vez mais espaço na cadeia agrícola brasileira. Em 2014, ela movimentou cerca de R\$ 2 bilhões e a expectativa é que em 2016 este número alcance R\$ 2,5 bilhões, segundo o setor. O mercado nacional de orgânicos espera crescer entre 20% e 30% no ano que vem. Os produtos orgânicos agregam, em média, 30% a mais no preço quando comparado aos produtos convencionais, de acordo com analistas do setor. (<http://www.agricultura.gov.br>)

Neste trabalho pretende-se propor uma discussão sobre cada uma dessas concepções, no intuito de contribuir para efetivar um projeto de desenvolvimento regional que incorpore fatores que contribuam para a qualificação da discussão sobre o que se entende por desenvolvimento e, desta forma contribuir para uma ampliação das potencialidades da região, incorporando no contexto do desenvolvimento as particularidades de cada ente envolvido no processo, respeitando as “desigualdades” que valorizam e caracterizam o aspecto regional.

Partindo da informação de que o mercado de alimentos orgânicos cresceu de 20 a 30% no último ano no Rio Grande do Sul e que a expectativa para os próximos anos é de aumento significativo na produção, entender o que é desenvolvimento na opinião do produtor rural de alimentos orgânicos é fundamental para a efetivação de políticas públicas colaborativas e que incorporem as necessidades dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento, já que este crescimento da economia é resultado do investimento destes produtores. Trato aqui investimento no seu mais amplo sentido: tempo, dinheiro, aperfeiçoamento de saberes e formas de produção tradicionais, relações solidárias e lógica do mercado de produção e venda dos produtos orgânicos. Pois, o crescimento do mercado é consequência de um longo processo pretérito.

Este espaço onde novas escolhas são possíveis é um movimento que incorpora reflexões sobre sustentabilidade, liberdade, participação, respeito às diversidades e inclusão social. Ao elegermos o alimento que será servido a nossa mesa escolhemos o modelo de desenvolvimento social, econômico e ambiental para a nossa comunidade. Entende-se então que comer é um exercício de autonomia. O mercado de compra e venda destes produtos funciona como um agente transformador estruturado em novas formas de poder.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Texto preparado para o seminário "Desenvolvimento Local e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural", organizado pela EMATER/RS, pela FETAG/RS com apoio da GTZ, nos dias 20 e 21 de junho de 2001.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/645.pdf>

VEIGA, Soares Carvalho, Maria Claudia ; Therezinha Luz, Madel ; Donizete Prado, Shirley. Comer, alimentar e nutrir: categoria analítica instrumental no campo da pesquisa científica. *Ciência & Saude Coletiva*, Jan, 2011, Vol.16(1), p.155(9) [Periódico revisado por pares]

BEDUSCHI, Luis Carlos. Participação, aprendizado social e desenvolvimento em regiões rurais. Programa de pós-graduação em ciência ambiental da Universidade Federal de São Paulo. 2006.

MARTINS. José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na Modernidade Anômala*. São Palo. Contexto, 2008

SEN, Amartya. 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.